

365
DIAS
QUE MUDARAM
O BRASIL

VALENTINA NUNES



Trecho antecipado para divulgação. Venda proibida.

Copyright © Valentina Nunes, 2018
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2018
Todos os direitos reservados.

Coordenação editorial: Sandra R. Ferro Espilotro
Pesquisa e texto inicial: Valentina Nunes e Edson Rosa
Preparação: Sandra R. Ferro Espilotro
Revisão: Carmen T. Costa, Andressa Veronesi
Projeto gráfico: A2 Publicidade
Capa: A2 / Mika Matsuzake
Ilustração de capa: Eva Uviedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Nunes, Valentina

365 dias que mudaram a história do Brasil / Valentina Nunes. –
São Paulo : Planeta do Brasil, 2018.
768 p.

ISBN: 978-85-422-1452-9

1. Brasil - História 2. Brasil - Política - História 3. Brasil - Cultura -
História I. Título

18-1695

CDD 981

2018

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Padre João Manuel, 100 – 21ª andar
Ed. Horsa II – Cerqueira César
01411-000 – São Paulo-SP
www.planetadelivros.com.br
atendimento@editoraplaneta.com.br

Trecho antecipado para divulgação. Venda proibida.



Os tempos mudavam, no devagar depressa dos tempos.

Guimarães Rosa

Planeta

APRESENTAÇÃO

Esta obra foi idealizada de forma a propiciar ao leitor um maior conhecimento sobre fatos, eventos, descobertas e personagens marcantes e decisivos para a história do nosso país.

De forma direta e com linguagem acessível, *365 dias que mudaram o Brasil* torna-se um livro fundamental, tanto como obra de referência abrangente, que pode ser consultada para dirimir dúvidas, como de leitura prazerosa e surpreendente.

Os mais diversos assuntos estão contemplados nos 365 dias, desde eventos como aquele em que o PCC promoveu a maior rebelião de todos os tempos em presídios brasileiros, até o enorme sucesso da novela *Vale tudo*, que inaugurou a exposição de um código moral até então ausente nas telenovelas brasileiras, em que os bandidos se saem bem no final. Passando por descobertas como a da doença de Chagas e da máquina de escrever; as invenções de Santos Dumont; os eventos de fé, como a primeira missa, a santificação de José de Anchieta, a vida de Chico Xavier, a história de Nossa Senhora Aparecida e de Mãe Menininha do Gantois; o massacre do Carandiru, o incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro; a vida de Maria Bonita e Lampião; a abdicação de dom Pedro I; a obra de Machado de Assis; artistas como Roberto Carlos, Tom Jobim e Vinicius de Moraes, Chiquinha Gonzaga e Carmen Miranda; a primeira Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), o Cinema Novo e filmes premiados como *Cidade de Deus* e *O pagador de promessas*; o movimento dos Caras Pintadas; o suicídio de Getúlio Vargas; a renúncia de Jânio Quadros; o impeachment de Dilma Rousseff; o milésimo gol de Pelé e muito mais, este livro vai permitir ao leitor conceber o grande painel da trajetória do Brasil até aqui.



JANEIRO

Planeta

Trecho antecipado para divulgação. Venda proibida.

Código Civil Brasileiro é aprovado

1916

A até o início do século xx, o direito brasileiro ainda sofria influência das Obsoletas Ordenações Afonsinas, que foram o primeiro código legislativo de Portugal, datado do século xv, e que já tinham sido alteradas antes de serem, enfim, repudiadas pelos portugueses em 1865.

O convite para que o jurista, professor e articulista Clóvis Beviláqua redigisse, em 1899, o projeto do Código Civil Brasileiro veio do então ministro da Justiça e futuro presidente Epitácio Pessoa, durante o governo de Campos Sales. A obra acabou instituída pela Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, e entrou em vigor um ano depois.

À época do convite, havia candidatos considerados mais influentes e de maior prestígio do que Beviláqua, como Rui Barbosa, por isso ele e sua obra se tornaram alvo de muitas críticas, principalmente quando o projeto foi avaliado pelo Congresso Nacional. Os ataques mais incisivos vieram justamente do então senador Rui Barbosa, que tinha sido o principal redator da Constituição Republicana de 1891, e que travou longa polêmica envolvendo o uso do português com o filólogo Ernesto Carneiro Ribeiro; este havia sido professor de Beviláqua e fora convidado justamente para fazer a revisão gramatical do novo código. A discussão teve réplica e tréplica. A aprovação do Código, por essa razão, acabou se estendendo por anos.

O debate público que daí se originou também levou Clóvis Beviláqua a publicar sua sustentação em livro, intitulado *Em defesa do projeto do Código Civil Brasileiro* (1906). Antes dessa obra, ele já havia escrito *Direito das obrigações* (1896), *Direito de família* (1896), *Criminologia e direito* (1896) e *Direito das sucessões* (1899). Quanto às opiniões sobre o próprio projeto de Código Civil, por discricção, ele levou dez anos para torná-las públicas, com a publicação de *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*, em seis volumes, lançado entre 1916 e 1919.

O projeto de Código Civil apresentado por Beviláqua foi considerado avançado para a época, levantando algumas preocupações sociais. Por outro lado, a obra reunia soluções brasileiras e estrangeiras, em especial francesas e alemãs. O projeto apontou, por exemplo, a importância de se ter o direito do trabalho, e, no direito de família, admitiu o reconhecimento dos filhos ilegítimos e a investigação de paternidade. Certas passagens, hoje consideradas ultrapassadas, na verdade tinham a ver com os valores e as práticas vigentes na época.

O Código Civil de 1916 possuía 1.807 artigos e era antecedido pela Lei de Introdução ao Código Civil. Vigorou até o advento da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que entrou em vigência em 11 de janeiro de 2003. O jurista Miguel Reale foi o autor principal do projeto do novo Código Civil.

Clóvis Beviláqua era natural de Viçosa do Ceará, cidade distante 350 quilômetros da capital Fortaleza, onde nasceu em 4 de novembro de 1859. Era filho de José Beviláqua e Martiniana Maria de Jesus. Seu pai havia sido padre e vigário da cidade antes de se casar.

Formado em 1882, pela Faculdade de Direito do Recife, o jurista Clóvis Beviláqua escreveu vários livros, foi secretário de governo do Piauí e membro da Assembleia Constituinte do Ceará, da qual renunciou por ter sido voto vencido ao propor referendo popular para aprovação da Carta. Também foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1906-1934), membro da Corte Permanente de Arbitragem e presidente honorário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1944.

Você sabia?

Clóvis Beviláqua redigiu o projeto do Código Civil Brasileiro à mão, em apenas seis meses. Mas o Congresso Nacional precisou de mais de dez anos para que fossem feitas as devidas análises e emendas, antes de aprová-lo.

Morte de José Braz Araripe, inventor do câmbio automático

1972

Pouca gente soube da invenção do engenheiro brasileiro José Braz Araripe antes de sua morte, em 2 de janeiro de 1972, embora gerações inteiras venham se beneficiando dela desde 1939.

Criador do câmbio automático, juntamente com o brasileiro Fernando Iehly de Lemos, sua invenção é responsável por permitir aos motoristas dirigir sem precisar pisar na embreagem e trocar as marchas manualmente. Concluída em 1932, ela foi apresentada no mesmo ano à General Motors (GM), em sua sede de Detroit, nos Estados Unidos, já que no Brasil ainda não havia montadoras de automóveis.

O que houve a partir de então foi que, por mais de setenta anos, uma informação ficaria restrita às respectivas famílias e ao círculo da indústria automobilística. A maioria dos brasileiros só viria a saber que a GM fez na hora uma proposta irrecusável pela patente da invenção – para dali sete anos colocá-la na linha 1940 dos modelos Oldsmobile – porque um dia entrou em cena o escritor Paulo Coelho, o autor brasileiro contemporâneo mais traduzido no exterior.

O motivo para a relação de Coelho com essa história veio à tona em seu blog, no ano de 2006, no texto “Meu tipo inesquecível”: José Braz Araripe era tio-avô do escritor. Posteriormente, a invenção foi confirmada pelo jornalista Fernando Morais na biografia *O mago*, lançada em 2008.

Irmão caçula do avô de Paulo Coelho, Araripe era um membro pouco compreendido pela família. Segundo o escritor, a má fama vinha por estar sempre de macacão, por suas excentricidades, solteirice convicta e vida de viagens, como quando trabalhou em uma mina de carvão nos Estados Unidos. Para o sobrinho-neto, no entanto, Araripe era uma figura admirável. A casa dele em Araruama, no estado do Rio de Janeiro, fazia a alegria da criançada: um mecanismo baixava paredes móveis do teto, para formar os

quartos durante as férias. Passada a temporada, elas subiam de novo e transformavam o ambiente num grande galpão, perfeito para as criações do velho engenheiro.

Amado pelas crianças e criticado pelos adultos, Araripe uma vez montou um carro que mais parecia uma mistura de jipe com trem, com o qual levava todos até uma lagoa próxima. Conta ainda Paulo Coelho que, ao ser um dos primeiros a comprar uma televisão, ele fazia questão de colocá-la na calçada, para que as pessoas pudessem conhecer a novidade e acompanhar a programação. Foi durante a adolescência do escritor que ele ouviu sobre a invenção que o tio-avô vendera à GM.

Segundo apuração de Fernando Morais, assim que a montadora conheceu o câmbio automático dos brasileiros, ela se interessou sobretudo pela solução empregada para a transmissão: com uso de fluido hidráulico, uma novidade em relação à invenção do canadense Alfred Horner Munro. Em 1921, Munro desenvolvera um dispositivo de transmissão automática que se utilizava de ar comprimido, mas que se mostrou inviável para produção em larga escala. Antes dele, em 1904, os irmãos Sturtevant, de Boston, em Massachusetts (EUA), haviam proposto um outro mecanismo para mudança automática de marchas – duas, na verdade –, por meio de contrapesos ligados ao motor, mas que também se mostrou comercialmente inviável.

A proposta que a GM fez ali na hora, em 1932, pela invenção dos brasileiros, apresentava duas opções: 10 mil dólares na mão ou o valor de um dólar por carro vendido. Araripe escolheu a primeira, sem imaginar a quantia que poderiam vir a ganhar – e até deixar de herança – com a futura popularização dos automóveis. Nos anos 1930, porém, os 10 mil dólares oferecidos, em valores da atualidade, equivaleriam a meio milhão de reais.

Você sabia?

Os carros dotados de câmbio automático por muito tempo foram chamados de “hidramáticos”, por causa do nome do sistema de transmissão: Hydra-Matic.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a GM produziu vários veículos de combate com câmbio automático, daí terem passado a estampar, após o conflito, o selo “testado em batalha”.

Estreia série *O vigilante rodoviário*

1962

Às 20h05 do dia 3 de janeiro de 1962, após a exibição do *Repórter Esso*, que era o noticiário mais importante da época, a televisão brasileira ganhou sua primeira série filmada no país: *O vigilante rodoviário*, do diretor Ary Fernandes, que a idealizou, escreveu e musicou, compondo seu tema de abertura.

“De noite ou de dia/ firme no volante/ vai pela rodovia/ bravo vigilante!” eram as primeiras frases da canção que anunciava o início das aventuras do inspetor Carlos e seu cão Lobo, um pastor-alemão. A dupla combatia os criminosos locomovendo-se em uma motocicleta Harley-Davidson 1952 ou em um carro Simca Chambord 1959. O ator Carlos Miranda, que tinha iniciado a carreira no circo e trabalhava na produção da série, foi escolhido para dar vida ao inspetor Carlos, depois de terem sido rejeitados mais de duzentos candidatos. O cão Lobo, que pertencia a Luiz Afonso, seu adestrador, já tinha participado antes de comerciais e era conhecido no quartel da Força Pública.

O vigilante rodoviário somou 38 capítulos filmados em películas de cinema, de 35 mm, que posteriormente eram reduzidas para 16 mm, para a exibição na televisão. Cada episódio era dublado em português mesmo, por causa da qualidade do áudio, e tinha duração de aproximadamente vinte minutos, levando, em média, dez dias para ser feito. As filmagens aconteciam na rodovia Anhangueira, em São Paulo, na altura do quilômetro 38, trecho normalmente ensolarado, ideal para as tomadas externas. Alfredo Palácios assinava a produção técnica e a exibição era feita pela TV Tupi Canal 4, com patrocínio da Nestlé.

Série lançada para ter ares nacionais e concorrer com as estrangeiras, em sua grande maioria produções norte-americanas, *O vigilante rodoviário* estreou em uma época em que havia poucos televisores nas casas brasileiras, cerca de 30%. Ainda assim, bastou um mês para que ganhasse a preferência do público. Para atrair ainda mais visibilidade para os personagens e suas aventuras, oito episódios foram reunidos em filme a ser exibido nos cinemas, com estreia no cine Art-Palácio, em São Paulo, e posteriormente em outros estados.

Ary Fernandes contou em entrevistas que teve a ideia do programa porque sentia falta de um herói brasileiro. Envolvido com a produção de comerciais, ao buscar inspiração encontrou na imagem do patrulheiro rodoviário uma boa receptividade. A Polícia Rodoviária do estado de São Paulo foi criada em 1948, pelo governador Ademar de Barros, para dar emprego aos pracinhas que lutaram na Segunda Guerra Mundial, por isso tinha prestígio em meio à população.

Apesar do sucesso da série, ela não conseguiu prosseguir por falta de recursos, já que chegava a custar até dez vezes mais do que as importadas. Uma lei baixada pelo então presidente Jânio Quadros, que entrou em vigor logo após a assinatura do contrato dos produtores com a Nestlé, passou a taxar as importações, aumentando os custos da produção em 400%, uma vez que eram usados filmes e produtos de revelação fabricados no exterior.

Muito viva na lembrança de várias gerações, em 1967 a série foi reapresentada pela TV Tupi e, na década de 1970, pela TV Globo. Em 1978, negociações foram feitas para seu relançamento, dessa vez com novos atores. O galã e jurado de programa de auditório Antônio Fonzar foi escolhido para o papel do inspetor Carlos, e para viver Lobo, cinco cachorros da Polícia Militar. Um único programa piloto foi gravado e a produção foi cancelada por falta de verbas da Embrafilme, que apoiaria o projeto. Mais recentemente, negociações levaram a série original ao ar pelo Canal Brasil.

Ary Fernandes faleceu em 29 de agosto de 2008 e o cão Lobo em 1971, atropelado. O ator Carlos Miranda, ainda na década de 1960, entrou para a Polícia Rodoviária do estado de São Paulo, onde fez carreira, passando para a reserva em 1998 como tenente-coronel.

Você sabia?

Ainda na década de 1960, os personagens principais de *O vigilante rodoviário* viraram história em quadrinhos, publicada pela editora Outubro. O roteiro era de Gedeone Malagola e os desenhos, de Flavio Colin.

Muito atores em início de carreira, e que mais tarde se tornariam famosos, aceitaram convite para participar da série. Entre eles Fúlvio Stefanini, Ary Toledo, Milton Gonçalves, Rosamaria Murtinho, Stênio Garcia, Juca Chaves e Tony Campelo.

Painéis *Guerra e Paz*, de Portinari, são entregues à ONU

1956

O pintor brasileiro Candido Portinari já tinha conquistado notoriedade nacional e internacional, quando recebeu do ministro da Educação Gustavo Capanema, no início dos anos 1950, a encomenda dos painéis *Guerra e Paz*, para serem presenteados pelo Brasil à Organização das Nações Unidas (ONU).

A obra foi entregue em 4 de janeiro de 1956 e seria premiada, no mesmo ano, pela Solomon R. Guggenheim Foundation, de Nova York. Antes de embarcar, porém, os painéis foram expostos no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em cerimônia que contou com a presença do então presidente Juscelino Kubitschek.

Concebidos com técnica de pintura a óleo sobre madeira naval compensada, cada painel de *Guerra e Paz* mede cerca de 14 m × 10 m, e juntos ocupam 280 metros quadrados. O painel *Guerra* apresenta cor e tons mais escuros, sóbrios e frios, com figuras em gestual de desespero, lembrando morte e transmitindo medo e tristeza.

O painel *Paz*, em contraste, é mais vivo, com cores mais quentes e mostra mulheres dançando, homens jogando capoeira, um menino brincando e um coral de crianças, entre outras imagens que remetem à vida. Os críticos apontam nos dois um diálogo entre o trágico e o lírico, entre a fúria e a ternura.

Guerra e Paz é considerada uma obra do modernismo brasileiro, em estilo que brinca com ângulos e geometria. Sua criação levou quase dois anos e foi desenvolvida em um galpão, em Botafogo, no Rio de Janeiro, em um calor de mais de 40°C; tal condição viria a prejudicar ainda mais a saúde de Portinari, já abalada pelos efeitos da intoxicação pelo chumbo das tintas, e o levaria à morte, em 1962. O pintor morreu com 59 anos.

Nascido em Brodósqui, no interior de São Paulo, Portinari teve seu primeiro contato com a pintura ao auxiliar a restauração da Igreja da

Matriz de sua cidade. Ao se mudar para o Rio de Janeiro, em 1918, cursou o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola Nacional de Belas-Artes. Em 1928, com os recursos de um prêmio, viajou para a Europa, onde por dois anos fez cursos e conheceu a fundo as obras dos principais artistas da pintura ocidental. Ao voltar ao Brasil, aos poucos foi deixando o academicismo para desenvolver estilo e temática próprios, em busca de uma arte nacional. Suas obras revelam forte preocupação com a questão social, expressa na retratação de tipos brasileiros, incluindo lembranças estilizadas da sua infância no interior. Tornou-se um dos pintores mais importantes do Brasil.

Com a pintura *Café*, de 1934, que retrata trabalhadores com formas robustas, com pés e mãos agigantados, em cores tom de terra – recursos estes para ressaltar a figura humana do campo, Portinari recebeu o prêmio do Carnegie Institute of Pittsburgh, tornando-se o primeiro modernista brasileiro premiado no exterior. Em 1941, Portinari pintou os painéis da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em que se destacam temas da história do Brasil. Também fez painéis para o prédio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), abordando os ciclos econômicos brasileiros.

Os painéis *Guerra e Paz* voltaram ao Brasil em 2010, durante reforma do prédio da ONU, para serem restaurados, em ateliê aberto ao público, no palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. Mais de 40 mil pessoas visitaram a instalação. Antes de voltar a Nova York, a obra passou por exposições em São Paulo, Paris, Hiroshima e Oslo.

Você sabia?

A tinta usada por Portinari em *Guerra e Paz* não secou totalmente, nem mesmo cinquenta anos depois. A suspeita é que, por ser importada e vendida a granel, ela tenha sido alterada pelos vendedores, em busca de maiores lucros.

Portinari era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), sigla pela qual foi candidato a deputado, em 1945, e a senador, em 1947, sem se eleger. Suas convicções políticas levaram-no a se exilar no Uruguai durante o Estado Novo e motivaram a negação de visto, por parte dos Estados Unidos, impedindo o pintor de comparecer à inauguração de *Guerra e Paz* na ONU.

Morre o Bandido da Luz Vermelha

1998

Depois de solto, não chegou a cinco meses a vida em liberdade de João Acácio Pereira da Costa, conhecido como o Bandido da Luz Vermelha. O criminoso em série, que, com uma máscara e uma lanterna, começou praticando arrombamentos e furtos, depois a roubar e matar, aterrorizando a cidade de São Paulo na década de 1960, foi finalmente preso em agosto de 1967.

Condenado a 351 anos, nove meses e três dias, por quatro assassinatos, sete tentativas de homicídio e 77 assaltos, João Acácio foi morto em 5 de janeiro de 1998, aos 55 anos de idade.

Sua libertação ocorreu quando completou os trinta anos máximos de prisão previstos pela legislação brasileira, mas não antes de passar por exames psiquiátricos: uma liminar colocou em dúvida sua efetiva reintegração social, pois ele sofria de surtos psicóticos. João Acácio esteve preso na Penitenciária de São Paulo e na Casa de Custódia e ganhou a liberdade em 26 de agosto de 1997.

A alcunha mais famosa do bandido se deve aos métodos assustadores que ele usava para seus crimes: cortava a energia elétrica da residência, agia com o rosto coberto por um lenço, andava nas sombras com uma lanterna de bocal vermelho que se sobressaía na escuridão. Antes de ser chamado pela imprensa de Bandido da Luz Vermelha, foi tratado por Homem-macaco, porque usava um macaco hidráulico para afastar as grades das casas, e por Mascarado, por ocultar sempre o rosto.

A vida de crimes de João Acácio começou ainda na adolescência, logo depois de ele ir morar com seu tio, após a morte dos pais. João Acácio nasceu em Joinville em 24 de junho de 1942 e ficou órfão aos quatro anos. Quando preso, culpou o tio por maus-tratos, mas este negou a acusação.

Sempre metódico, dizia-se à época que João Acácio foi mudando de cidade à medida que seus crimes se sofisticaram: de pequenos delitos pra-

ticados em Joinville, ele deixou sua terra natal em direção a Curitiba, atrás de grandes residências para invadir, até se mudar para Santos e de lá viajar periodicamente a São Paulo, onde passou a assaltar mansões. Apesar de acusado de violência sexual, dúvidas foram levantadas a esse respeito. O medo generalizado em relação ao bandido, porém, era cada vez maior.

Dos quatro assassinatos como réu confesso, um resultou da briga de bar com José Enéas da Costa, e três por ter sido flagrado em ação: casos do estudante Walter Bedran, do industrial Jean von Christian Szaraspatack e do vigia José Fortunato. Especulava-se que João Acácio talvez fosse homossexual.

A fama do Bandido da Luz Vermelha veio da violência dos crimes praticados, assim como das atenções que recebeu da imprensa sensacionalista. O jornal *Notícias Populares*, por exemplo, publicou uma série com mais de cinquenta capítulos sobre a vida do criminoso. Mais tarde, ele se tornou tema de filmes, músicas e programas de televisão.

De volta a Joinville depois de solto, João Acácio terminou vítima de sua própria índole violenta: expulso por parentes que o receberam, mudou-se para a praia do Vigorelli, onde foi acusado de provocar brigas e assédio sexual. Flagrado com uma faca atacando Lírio Pinzegher, filho e marido das mulheres assediadas, acabou morto com um tiro de espingarda desferido pelo pescador Nelson Pinzegher, irmão de Lírio. Nelson seria absolvido só em 2004, por “legítima defesa de terceiro”.

Você sabia?

O nome que deu fama ao Bandido da Luz Vermelha brasileiro foi inspirado em outro criminoso que intimidava suas vítimas com uma lanterna: o norte-americano Caryl Whittier Chessman, o Red Light Bandit, que foi executado na câmara de gás, em agosto de 1960.

Depois de solto, por onde João Acácio passava, ele atraía curiosos. Sempre vestido com roupas vermelhas, quando convidado a dar um autógrafo, simplesmente escrevia: “autógrafo”.

Novela *Vale tudo* revela quem matou Odete Roitman

1989

Depois de treze dias de suspense e muita especulação da mídia, que não deixou um só dia de perguntar “Quem matou Odete Roitman?”, o mistério foi revelado no último capítulo da novela *Vale tudo*, que a TV Globo exibiu em 6 de janeiro de 1989.

Com o país de olho grudado na televisão nesse dia, esperando o desfecho do caso que motivou conversas e apostas, a novela dos autores Gilberto Braga, Aguinaldo Silva e Leonor Bassères, com direção de Dennis Carvalho e Ricardo Waddington, revelou que a morte da vilã, interpretada pela atriz Beatriz Segall, tinha ocorrido por engano.

O assassinato, que fora ao ar no capítulo 193, no dia 24 de dezembro de 1988, véspera de Natal, resultara dos três tiros que a personagem Leila, papel da atriz Cassia Kis, desferiu de impulso, por trás de uma porta de vidro, pensando que atirava na amante de seu marido, Maria de Fátima, interpretada por Glória Pires.

Pelo menos cinco desfechos diferentes com a revelação do assassino foram gravados para despistar o final da trama. Segundo os autores, a decisão de culpar Leila acabou sendo tomada de última hora, já que a cena foi montada de modo que vários personagens poderiam ter praticado o crime.

Ao lado de Odete Roitman, Maria de Fátima entrou para a história da teledramaturgia brasileira como uma das maiores vilãs, capaz de tudo para enriquecer e ascender socialmente. O antagonismo entre ela e Raquel Accioli, sua mãe e papel da atriz Regina Duarte, ocupou boa parte da trama da novela: Maria de Fátima comete inúmeros golpes, começando por fugir com o dinheiro da venda da propriedade da família no Paraná. Na outra ponta da história está sua mãe, que passa necessidade e trabalha honestamente, até conseguir montar uma rede de restaurantes de sucesso.

Com 204 capítulos e exibida de segunda a sábado, a partir das oito da noite, *Vale tudo* desnudou temas caros ao Brasil: a corrupção, a falta de ética e a inversão de valores entranhadas no dia a dia dos brasileiros. As armadilhas arquitetadas entre Odete Roitman e Maria de Fátima, e delas com outros personagens, foram o ponto alto desse enredo. Entre as vítimas da dupla estava Heleninha, papel de Renata Sorrah, que, como filha de Odete e menosprezada por esta, entregava-se ao alcoolismo.

A novela provocou muitas discussões e marcou especialmente pelo seu desfecho, ao não punir a maioria dos personagens inescrupulosos e autores de crimes. Maria de Fátima, por exemplo, no final da trama, casou-se com um nobre italiano gay, em artimanha arquitetada por seu amante. Leila fugiu para o exterior com o marido Marco Aurélio, vivido pelo ator Reginaldo Faria, depois que ele aplicou um golpe no mercado financeiro. Na cena final, ele repete o gesto de “dar uma banana” para o Brasil, antes de partir impunemente.

A abertura de *Vale tudo*, assinada pela equipe de Hans Donner, trazia um mosaico de imagens do Brasil, que se movia ao som da canção “Brasil”, de Cazuza, Nilo Romero e George Israel, na voz da cantora Gal Costa. E impactava pela dose de ironia. A novela fez sucesso também no exterior, exibida em mais de trinta países, entre eles Alemanha, Angola, Bélgica, Canadá, Cuba, Espanha, Estados Unidos, Itália, Peru, Polônia, Turquia e Venezuela.

Você sabia?

Vale tudo teve o título provisório de *Pátria amada*.

Durante muito tempo, o nome “Heleninha” foi usado para se referir a quem abusava da bebida alcoólica.

Um *remake* em espanhol de *Vale tudo*, resultado de uma coprodução entre a Rede Globo e a Telemundo, o braço hispânico da norte-americana NBC, deu origem à novela *Vale tudo*, adaptação escrita por Yves Dumont, que teve direção-geral de Wolf Maya e atores hispanos.

A Cabanagem

1835

A data de 7 de janeiro é o marco inicial de uma das mais sangrentas revoltas populares no Período Regencial do Brasil. Foram cinco anos de batalhas, entre 1835 e 1840, com cerca de 40 mil baixas na província de Grão-Pará, imenso território com sede em Belém, a capital, e que abrangia também os atuais estados do Amazonas, do Amapá, de Roraima e de Rondônia, na região Norte.

Entre os milhares de mortos, a maioria foi de índios, escravos e mestiços, os cabanos, como eram chamados os miseráveis que moravam em pequenas cabanas de barro erguidas às margens dos rios da região amazônica. Sem trabalho e subsistindo em péssimas condições, a população ribeirinha reagiu com armas em punho diante do abandono a que foi submetida pelo governo central, depois de 1822.

A miséria em que viviam os ribeirinhos no Brasil independente foi um dos motivos da insurreição popular. Mas não foi o único.

Enquanto os cabanos lutavam por trabalho, moradia digna e comida, gente de posses também estava descontente com as medidas adotadas pelo governo do imperador dom Pedro I. Composta por comerciantes e fazendeiros, a elite local não concordava, principalmente, com a nomeação do governador Bernardo Lobo de Souza para a presidência da província, e uniu-se ao povo rebelado para lutar pela conquista da independência do Grão-Pará e, conseqüentemente, ter maior participação nas decisões administrativas e políticas.

Em uma das primeiras investidas das tropas populares, em agosto de 1835, os cabanos revolucionários ocuparam Belém, a capital da província, depuseram o governador regencial Lobo de Souza e declararam presidente o rico fazendeiro Félix Clemente Malcher, um dos líderes da revolução da Cabanagem ao lado dos irmãos lavradores Antônio e Francisco Pedro Vinagre e dos jornalistas Eduardo Angelim e Vicente Ferreira Lavor.

Ao assumir a presidência da província, o fazendeiro Malcher traiu o movimento revolucionário e firmou acordos espúrios com o governo regencial. Indignados, os cabanos revoltosos mataram o líder traidor, substituindo Malcher pelo lavrador Francisco Pedro Vinagre, que mais tarde também trairia o movimento popular.

Fragmentado e sem a liderança de Antônio Vinagre, que antes de se afastar da batalha impediu Francisco, o irmão traidor, de delatar ao governo do Império as intenções dos revoltosos, e também sem apoio das elites locais, o movimento armado começou a sofrer as consequências do enfraquecimento político. Com o afastamento de Antônio, a liderança da luta armada foi assumida pelo jornalista Eduardo Angelim.

Em 1836, o governo central do Grão-Pará estava sob comando do militar Francisco José de Souza Soares de Andréa, que ordenou ataque de grandes proporções à região onde se escondiam os revoltosos. Capturado, Angelim foi levado para o Rio de Janeiro.

Derrotados e encurralados, os cabanos resistiram à repressão imperial, buscando refúgio nas matas das cercanias de Belém. A tentativa de retomar o movimento revolucionário foi em vão diante da falta de novas lideranças e de apoio político para sustentar a batalha. O governo imperial passou a contar com apoio de tropas de mercenários europeus para reprimir o movimento. Em 1840, a revolta foi sufocada violentamente. O povo oprimido não obteve as condições de vida que reivindicava.

Você sabia?

Em 1833, a região do Grão-Pará tinha cerca de 100 mil habitantes, população que caiu para 60 mil em 1840, ano do fim do conflito da Cabanagem.

A Cabanagem não pode ser confundida com Cabanada, movimento revolucionário por melhores condições de vida a mestiços, escravos e índios da região Nordeste do Brasil (Pernambuco e Alagoas), nos primórdios do Brasil Imperial.

O casamento arranjado de dom João VI e Carlota Joaquina

1785

Quando chegaram ao Brasil em janeiro de 1808, escoltados por esquadra inglesa, o rei dom João VI e Carlota Joaquina já não dividiam a mesma cama. Ela se instalou com as filhas no palacete particular de Botafogo, ele foi morar no palácio de São Cristóvão, e só se encontravam eventualmente. Tudo dentro do esperado para um casamento arranjado ainda na infância, armado para manter a paz entre as coroas espanhola e portuguesa, embora sempre envolto em intrigas, traições, desencontros e disputas de poder.

Mesmo assim, o casal assumiu nove filhos, entre eles dom Pedro I, embora as más línguas tenham dito que alguns poderiam ser de relacionamentos extraconjugais da rainha, descrita como uma mulher sem beleza, mas de intensa atividade sexual.

O casamento entre o príncipe português e a infanta espanhola, oficializado em 8 de janeiro de 1785 – ela com dez anos; ele com dezoito –, só foi consumado cinco anos depois. Foi arranjado como estratégia de aproximação dos dois reinos, porque era vantajoso para ambos manter a paz e juntar forças contra as investidas do Exército francês comandado por Napoleão Bonaparte. Para consolidar a aliança das duas famílias reais, a irmã de dom João, Maria Ana Vitória, se casou com dom Gabriel, príncipe da Espanha.

Três anos depois, morreu José, primogênito da rainha de Portugal, Maria I, “a Louca”. Na época, a saúde mental da matriarca já dava sinais de demência, e João foi aclamado herdeiro do trono português e príncipe do Brasil, assumindo a regência do Império Ultramarino a partir de 1792. Filha do rei Carlos IV e da rainha Maria Luísa de Parma, dona Carlota Joaquina de Bourbon era, acima de tudo, uma mulher artilosa e ambiciosa. Estudou outros idiomas, história, etiqueta da corte e religião, e, apesar da aparente

fragilidade física, desfrutava de energia extraordinária. Teve ativa participação na história política da Espanha, de Portugal e do Brasil.

Após a prisão do irmão, o rei Fernando VII, Carlota Joaquina colocou em prática o plano para tentar assumir a regência das colônias espanholas na América, articulando com juntas de governo do vice-reino da Prata e do vice-reino do Peru, com apoio do almirante inglês Sydney Smith, um de seus supostos amantes, para cooptar adeptos aos seus propósitos, que, no entanto, não foram adiante.

Paralelamente aos conchavos políticos, Carlota Joaquina deu sequência aos arranjos matrimoniais entre suas filhas e seus irmãos, o que na época era permitido com anuência do papa. Em Portugal, uma série de protestos culminaria na Revolução Liberal do Porto, que exigia a volta da corte à Europa, com a permanência de dom Pedro no Brasil. No retorno, Carlota se recusaria a assinar a constituição que limitava os poderes dos monarcas, tentando, em vão, convencer dom João a fazer o mesmo.

Carlota passou, então, a articular a sucessão em favor do filho caçula, Miguel, estimulando um golpe de Estado contra o próprio pai. Organizou um partido com o objetivo de retirar o poder do príncipe regente, prendendo-o e declarando-o incapaz de cuidar dos assuntos de Estado, tal como ocorrera com Maria I, a mãe dele. O plano acabou descoberto, mas, para evitar escândalo público, João VI não concordou com a prisão da mulher, preferindo mantê-la confinada no Palácio Nacional de Queluz. Lá, ela ficou enclausurada até morrer, em 7 de janeiro de 1830.

Você sabia?

A capela de Nossa Senhora da Piedade é o que restou do palacete de Botafogo, onde Carlota Joaquina morou, no Rio de Janeiro.

Em suas articulações para reaver o trono espanhol, Carlota Joaquina foi responsável pela destituição de José I, que havia sido nomeado rei da Espanha por Napoleão Bonaparte.

Dia do Fico

1822

Meses antes de proclamar a Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, o príncipe regente dom Pedro já demonstrava sinais de que não acataria as ordens para voltar a Portugal. Sua ação de resistência, que ficaria registrada na história, se originou da seguinte declaração: “Se é para o bem de todos e a felicidade geral da nação, estou pronto. Digam ao povo que fico”. O brado que antecedeu em oito meses o grito que seria dado às margens do rio Ipiranga veio em resposta à carta das cortes portuguesas, enviada de Lisboa.

O Brasil, na época, era chamado de Reino Unido de Portugal e Algarves.

O Dia do Fico, como ficou conhecida a data de 9 de janeiro de 1822, consolidou a aliança do príncipe regente com os liberais do Partido Brasileiro, contra as investidas do governo central português. As cortes portuguesas estavam preocupadas com o crescimento dos movimentos de emancipação política e administrativa, e interessadas em restabelecer o poder sobre a antiga colônia. Chegaram a enviar tropas para garantir o domínio sobre o território e suas reservas de ouro e madeira.

Com apoio de 8 mil assinaturas recolhidas pelos liberais radicais, aliados do Partido Brasileiro, a permanência de dom Pedro consolidou os ideais de liberdade. Assim, ficou oficialmente declarado o conflito de interesses e o rompimento dos vínculos políticos e administrativos entre Brasil e Portugal.

A história da família real no Brasil começara em 1808. A vinda às pressas, que fez do Brasil novo centro do Império português, foi um jeito de escapar da política expansionista francesa de Napoleão Bonaparte, que planejava invadir o reino de Portugal. A mudança e consequente fixação da corte no Rio de Janeiro acarretou importantes consequências políticas e econômicas para o Brasil, entre elas a elevação da antiga colônia à condição de Reino Unido, em 1815.

Cinco anos se passaram a partir dali, até que o fim da era napoleônica e as reviravoltas na política europeia culminaram com a revolução das elites portuguesas. Uma nova constituição foi adotada, e o rei, dom João VI, foi obrigado a voltar a Lisboa para garantir o trono. No Brasil, o governo foi transferido ao príncipe regente, cujas medidas administrativas passaram a ser questionadas pelas cortes portuguesas.

Pressionado a voltar e a entregar o Brasil a uma junta submissa a Portugal, que deveria abrir caminho para um novo processo de colonização, dom Pedro contou com valioso apoio de políticos brasileiros para consolidação do processo de libertação nacional. Para isso, foi fundamental a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, naturalista, estadista e poeta brasileiro logo chamado de o “Patriarca da Independência”.

Natural de Santos, estado de São Paulo, onde nasceu em 13 de junho de 1763, José Bonifácio foi ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros entre 1822 e 1823. Enquanto apoiou a Regência de dom Pedro, que com a proclamação da Independência passou a ser chamado de dom Pedro I, organizou vários combates aos focos de resistência.

Seu rompimento com dom Pedro I ocorreu durante a Assembleia Constituinte, e, em 1823, ele terminou banido e exilado na França, de onde voltou seis anos depois. Reconciliados, José Bonifácio passou a ser tutor de seu filho, dom Pedro II, de 1831 a 1833, quando foi demitido pelo governo da Regência.

Você sabia?

Assim como os políticos liberais e democratas, a elite agrária brasileira também reagiu às investidas para transformar o vice-reino do Brasil novamente em colônia de Portugal. Não pretendiam abrir mão das liberdades comerciais adquiridas após a vinda da família real, em 1808.